

CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO DA SÓCIO-HISTÓRIA DO PORTUGUÊS DO BRASIL: Estudo comparativo entre as normas popular e culta do português de Vitória da Conquista-BA

Gilberto Almeida MEIRA (UESB)

beto.dan@ig.com.br

Orientador Dr. Jorge Augusto Vieira da Silva (UESB)

adavgvstvm@uol.com.br

Coorientadora Dr^a Valéria Viana Sousa (UESB)

valeriavianasousa@gmail.com

INTRODUÇÃO

Nesse estudo, procuramos caracterizar sociolinguisticamente a comunidade de fala de Vitória da Conquista - BA. Para isso, destacamos a formação sócio-histórica, considerando, sobretudo, a importância de conhecermos os agentes históricos responsáveis pela constituição do município de Vitória da Conquista como requisito fundamental para uma interpretação da bipolarização proposta por Lucchesi (1994, 1998, 2001, 2002 e 2006). Nesses termos, podemos afirmar que a existência de duas vertentes sociolinguísticas dentro do Português do Brasil (popular e culta) nos leva à discussão dos processos sócio-históricos que as formaram (LUCCHESI, 2006, p. 87).

O elemento linguístico sobre o qual nos debruçamos para reforçar a concepção polarizada é a variação na concordância nominal entre os elementos flexionáveis do sintagma nominal no português popular e culto. Os dados da análise foram extraídos dos *corpora* Português Popular de Vitória da Conquista e Português Culto de Vitória da Conquista (doravante PVC e PCVC, respectivamente), constituídos pelos Grupos de Pesquisa em Linguística Histórica e em Sociofuncionalismo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. A amostra foi constituída por 8 informantes, sendo 4 falantes do português popular e 4 falantes do português culto. O estudo, portanto, é de natureza contrastiva, já que estabelece uma comparação entre essas duas modalidades da língua no que concerne ao fenômeno em questão. Para tanto, algumas variáveis linguísticas e extralinguísticas foram selecionadas a fim de verificar a frequência em que ocorre a variação na marcação de plural no SN, tais como: classe gramatical do constituinte, saliência fônica e sexo.

Esse trabalho apoia-se nos postulados da Sociolinguística Variacionista, de cunho laboviano, nos estudos de Lucchesi acerca da polarização linguística, bem como em estudos que discutem a variação na marcação de plural no sintagma nominal. Além disso, para discutir a caracterização sociolinguística da comunidade de fala de Vitória da Conquista, na sua dimensão sócio-histórica, inclusive na dimensão do letramento, embasamo-nos em alguns autores que têm se debruçado sobre aspectos da historiografia local, o que inclui: Orrico (1982), Silva-de-Sousa (1998), Novais (2008), Fontes (2009), Oliveira (2009), Sousa (2013), Santos e Almeida (2014), Santos e Nascimento (2014) e Nascimento (2014).

O estudo por nós realizado divide-se em três seções: na primeira discutimos a polarização linguística brasileira de modo geral a fim de estabelecer uma relação sócio-histórica com o processo de formação da sociedade conquistense, na sua dimensão linguística; na segunda, tratamos da história social de Vitória da Conquista, tendo em vista a caracterização da realidade sociolinguística da região, remetendo-nos, igualmente, à questão do letramento, mormente a partir das primeiras décadas do século XX; e, na terceira seção apresentamos uma descrição analítica relativa ao fenômeno da concordância nominal entre os elementos flexionáveis do sintagma nominal, estabelecendo, para tanto, uma comparação entre as normas popular e culta do português falado em Vitória da Conquista.

1. A POLARIZAÇÃO LINGUÍSTICA BRASILEIRA

Para caracterizar a realidade linguística do Brasil, Lucchesi (1994, 1998, 2001, 2002 e 2006) tem partido sempre da perspectiva de uma polarização da história sociolinguística do país. A concepção polarizada adotada pelo autor se baseia no fato de que

[...] desde o início da colonização até a Proclamação da República, enquanto uma reduzida elite concentrada nos incipientes centros urbanos guardava uma profunda fidelidade aos modelos de uso da língua provenientes de Portugal, nas imensidões do interior do Brasil grandes contingentes de índios aculturados e africanos escravizados adquiriam a língua portuguesa em condições as mais precárias; e essa língua segunda defectiva se ia convertendo em modelo para a nativização do português entre os descendentes mestiços e endógamos desses segmentos, desencadeando profundas alterações na gramática da língua portuguesa assim adquirida, socializada e nativizada. (LUCCHESI, 2006, p. 87-88).

O cenário linguístico que se estabeleceu como reflexo dessa realidade sócio-histórica é descrita por ele da seguinte forma:

Configura-se, assim, o processo histórico de formação das duas grandes normas do português brasileiro: a *norma culta*, derivada do uso linguístico de uma elite escolarizada, e a *norma popular*, que emerge do uso da grande maioria da população do país, desprovida de educação formal e dos demais direitos da cidadania, com os previsíveis reflexos na língua da pluralidade étnica que está na base da sociedade brasileira. (LUCCHESI, 2006, p.88).

O que se tem notado nos estudos de Lucchesi é que essa polarização sociolinguística do português brasileiro começa a se estruturar já a partir de meados do século XVI, período em que é inaugurada, de fato, a colonização do Brasil. Portanto, o contexto colonial que perdurou até o início do século XIX apresentou alguns cenários históricos e sociais que se constituíram como eventos fundamentais para se entender tanto as origens sócio-históricas da polarização linguística aqui discutida, como também o estabelecimento do seu padrão normativo. A fim de melhor compreender os eventos que ensejaram o desenvolvimento dessa realidade polarizada da língua portuguesa em solo brasileiro, remetemo-nos, ainda que de forma breve, a alguns fatos importantes da nossa historiografia, incluindo, obviamente, acontecimentos subsequentes ao Brasil colônia.

Em relação aos três primeiros séculos de afirmação da nossa condição de país colonizado, é importante destacar o fato de que o Brasil se caracterizava, sobretudo, por ser o que Cunha (1985, p. 17) chama de “vasto país rural”. O autor destaca ainda a inexistência de importantes centros culturais nas cidades e vilas, fato esse que refletiu na própria organização social do interior do país onde se encontrava a imensa maioria da população. Essa situação é vista por Lucchesi como bastante antagônica do ponto de vista linguístico. Conforme o autor

Nesse universo, temos, de um lado, os pequenos centros urbanos, onde se situavam os órgãos da administração colonial, sob forte influência cultural e linguística da metrópole. A elite colonial era naturalmente bastante zelosa dos valores europeus, buscando assimilar e preservar ao máximo (o que é previsível nessas situações) os modelos de cultura e de língua vindos d'almém-mar (LUCCHESI, 2004, p. 77).

Estaria aí na base desse vínculo com os padrões linguísticos europeus o que o autor chama de “antecedente histórico da variedade culta do português brasileiro” (cf. p. 77).

Por outro lado, o português foi se difundindo de forma cada vez mais pujante entre as populações interioranas, refletindo toda uma diversidade sociocultural peculiar a esses povos:

africanos, afrodescendentes e indígenas. Em sua percepção refinada da sócio-história brasileira, sobretudo em sua dimensão linguística, Lucchesi afirma, peremptoriamente, que

[...] a outra vertente da formação da língua no Brasil fincou raízes no interior do país, para onde se dirigiu a maior parte da população no período colonial. Fora dos reduzidos centros da elite, nas mais diversas regiões do país, o português era levado, não pela fala de uma aristocracia de altos funcionários ou de ricos comerciantes, mas pela fala rude plebeia dos colonos pobres. Além disso, a língua portuguesa era adquirida nas situações as mais precárias pelos escravos, que muitas vezes preferiam se comunicar entre si usando uma língua franca africana. Sob essas ásperas condições, a língua portuguesa se foi disseminando entre a população pobre, de origem predominantemente indígena e africana, nos três primeiros séculos da história do Brasil (LUCCHESI, 2004, p. 77).

Essa variedade do português modificada em função das mudanças estruturais introduzidas pelo contato entre línguas foi chamada por Mattos e Silva (2004) de “português geral brasileiro”: uma espécie de antecedente histórico do português popular da atualidade.

Com a chegada de milhares de imigrantes ao país no final do século XIX, oriundos tanto de países europeus quanto da Ásia, o Brasil se torna um celeiro linguístico ainda mais privilegiado. Essas pessoas vieram trabalhar nas lavouras, o que as mantinha na base da pirâmide social brasileira, como bem destacou Lucchesi. Ainda segundo o autor, “o modelo mais acessível de que dispunham para a aquisição do português era o proveniente dos capatazes e dos trabalhadores braçais locais que, em sua maioria, eram ex-escravos africanos e seus descendentes nativos e/ou mestiços” (LUCCHESI, 2004, p. 80). O português aprendido nessas circunstâncias era justamente o português popular. Mas o autor lembra que devido ao nível de instrução de grande parte desses imigrantes não foi difícil para eles alcançarem uma rápida ascensão social, passando, inclusive, a conviver linguisticamente com a classe média da época: os brancos e seus descendentes, graças à mão-de-obra especializada que os distinguia de longe dos demais trabalhadores brasileiros. O reflexo desse convívio foi a absorção por parte do português culto de certas estruturas da fala popular.

Vale ressaltar também que no século XX o Brasil se tornou um país capitalista. E o primeiro reflexo dessa condição política foi o início do processo de industrialização que, por sua vez, acelerou a urbanização. Com isso, assiste-se, sobretudo a partir da década de 1940, a uma radical alteração no quadro demográfico brasileiro em função do êxodo rural. Um contingente inumerável de pessoas sai das localidades rurais e começam a abarrotar os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Para Bortoni-Ricardo essa situação, aliada a difusão dos meios de comunicação de massa, instalou-se, no plano linguístico,

[...] um processo de diglossia, onde atuam duas forças antagônicas: por um lado, o padrão tradicional de redução flexional da própria língua, exarcebado pela situação de contato entre dialetos diferentes; por outro, a pressão do prestígio da norma culta, imposta pela ação da escola, dos meios de comunicação e do *status* das classes mais favorecidas (BORTONI-RICARDO, 2005, P. 33).

O contexto sociolinguístico hodierno, no Brasil, ainda é fortemente marcado pela coexistência das normas popular e culta caracterizadoras da realidade linguística bipolar, embora Lucchesi (2001, p. 107) defenda uma certa atenuação ou diminuição em termos de distância entre ambas as normas em virtude da mudança no comportamento linguístico motivada pelo acesso da população das camadas mais baixas da sociedade à televisão, ao rádio, à escola e até mesmo aos meios de transportes mais modernos que proporcionam o contato direto entre as pessoas. Essa mudança observada pelo autor se daria em direção à aquisição de modelos da norma culta.

Essa breve e sumária exposição acerca de um tema tão complexo e, ao mesmo tempo, tão instigante, como é o caso da polarização linguística, evidencia um outro aspecto relativo ao português brasileiro, como bem ilustra Lucchesi (1994, p. 27), a saber: o de que além de heterogêneo e variável, a língua portuguesa aqui transplantada tornou-se plural e polarizada pelas razões já discutidas logo acima. A consequência dessa realidade pode ser vislumbrada no cenário em que a língua se impõe enquanto veículo de comunicação e de difusão cultural cuja variabilidade pode se manifestar com maior ou menor intensidade segundo o contexto social em que se encontram inseridos os falantes. Um ambiente em que há um predomínio do uso da norma culta pode refletir uma maior exposição do falante à cultura letrada. Enquanto a norma popular emerge de forma bastante sistemática naqueles ambientes em que a maioria das pessoas são privadas dos direitos mais elementares da cidadania, como o acesso à educação formal, por exemplo. A superação do antagonismo que envolve os usos das normas popular e culta na sociedade brasileira, bem como o pesado estigma social que se abate sobre a fala popular só serão efetivamente mitigados quando a realidade socioeconômica da grande maioria da população for muito menos desigual.

2. FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Essa configuração linguística polarizada, em nível nacional, também se deu em nível regional. E no caso de Vitória da Conquista, está relacionada a eventos que vão desde a sua povoação até a sua constituição urbana enquanto cidade. Daí a necessidade de conhecer, ainda que de forma breve, a sua formação histórica e social.

De início, é importante destacar que a ocupação da região de Vitória da Conquista, localizada no sudoeste da Bahia, esteve relacionada, segundo Sousa (2013, p. 26) “a interesses de ordem privada”. Esses interesses, para ela, envolvia a busca por terras e riquezas minerais, sobretudo, na região conhecida como Sertão da Ressaca¹. O pioneirismo desbravador se deve, segundo Silva-de-Sousa (1998, p. 35), a João Gonçalves da Costa que havia se fixado na região a partir de 1744, tornando-se um grande proprietário de terras e grande criador de gado. Atribui-se a ele a fundação do Arraial da Conquista por volta de 1752, como observa Sousa (2013, p. 26).

No contexto político, Silva-de-Sousa (1998) destaca o fato de que, após mudanças de ordem administrativa e territorial, o arraial se elevou à condição de Imperial Vila da Vitória, em 1840 e em 1891 passou à categoria de cidade, recebendo o nome de Conquista, e posteriormente, em 1943, o nome do Município é modificado para Vitória da Conquista (cf. <http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/crescimento/>).

A emancipação e consolidação do poder político fez de Vitória da Conquista um grande centro de integração comercial, apresentando um desenvolvimento econômico privilegiado, sobretudo, no setor de produção agropecuária, como destaca Fontes (2009, p. 03). Porém, foi no final da década de 1940 e início da década de 1950 que Vitória da Conquista entrou de vez na rota do desenvolvimento e do progresso graças às políticas públicas de construção de rodovias patrocinadas pelos governos federal e estadual (cf. SOUSA, 2013, p. 28). A partir daí, a cidade se tornou um entreposto comercial de destaque no sertão da Bahia, viabilizando a ligação com outros centros econômicos do estado e do país.

Esses acontecimentos vão repercutir de forma bastante pujante na dinâmica populacional e social da região. A migração cada vez maior da zona rural para a sede do município, sem contar os migrantes oriundos de outras partes do estado e até mesmo do país,

¹ Para Novais (2008), Sertão da Ressaca refere-se à região do sudoeste da Bahia, onde se localiza a cidade de Vitória da Conquista. Medeiros (citado por SILVA-DE-SOUSA, 1998, p. 10) lembra que o termo era amplamente aplicado às terras situadas entre os rios Pardo e das Contas.

modificou radicalmente a realidade demográfica do município num intervalo de duas décadas, conforme Tabela 1, apresentada por Angelita Cunha da Silva Sousa em sua dissertação de mestrado defendida em 2013, intitulada “A Rua do Maga-Sapo: cotidiano e representações da prostituição em Vitória da Conquista-BA (1950-1971)”:

Tabela 1 – Distribuição da população rural e urbana do município de Vitória da Conquista (1940 a 1970)

Ano	População rural	%	População urbana	%	Total
1940	24.910	74,3%	8.644	25,7%	33.554
1950	26.993	58,4%	19.463	41,6%	46.456
1960	31.401	39,3%	48.712	60,7%	80,113
1970	41.569	32,5%	85.959	67,5%	127.528

O vertiginoso crescimento populacional urbano demonstrado na tabela 1² reflete justamente as mudanças que estavam ocorrendo na cidade em função, principalmente, da abertura da BR -116. Portanto, a urbanização acelerada e o desenvolvimento econômico, ambos incrementados com a implantação da rodovia, se constituíram em dois vetores importantes para se compreender a composição social e demográfica da região na segunda metade do século XX, com a configuração praticamente de uma inversão de valores com relação à População Rural (PR) e à População Urbana (PU) no intervalo de 30 anos, entre as décadas de 40 e 70. Além do mais, é importante pensar no fenômeno migratório ocorrido em Vitória da Conquista, em que a população urbana superou a população rural, como evento caracterizador da própria realidade migratória brasileira que já apresentava, na passagem da década de 1960 para 1970, um contingente populacional muito maior na zona urbana, conforme dados do IBGE.

Nada mais justo, nesse momento, do que resgatar a história daqueles que foram, de fato, os legítimos proprietários das terras onde se encontra localizado o município de Vitória da Conquista: os povos indígenas. O trabalho de Silva-de-Sousa (1988) se constitui em uma fonte bastante esclarecedora no que tange aos aborígenes que habitaram a região. Ela destaca a presença de três grupos: os pataxós, os mongoiós e os aimorés³.

Esses povos foram duramente perseguidos por João Gonçalves da Costa, um legítimo bandeirante que se instalou no sertão da ressaca. As suas ações no combate aos nativos renderam-lhe muito prestígio perante as autoridades da capitania. Como bem lembram Silva e Sousa (2013), “pouco restou da tradição e dos costumes indígenas no Sertão da Ressaca”, destacando tão somente a tradição da fabricação de objetos de barro cozido, em alguns bairros periféricos, “como influência direta da cultura indígena que foi dizimada”.

² Na verdade, essa tabela encontra-se, originalmente, publicada no jornal **Fifó**, do dia 11 de outubro de 1997, na página 9. A matéria é de autoria de Ruy Medeiros e traz como título “Aspecto urbano de Conquista através da História”.

³ São conhecidos também como *imborés* ou *botocudos*. Segundo o príncipe Maximiliano, “o nome de “botocudos” lhes vem de usarem, no lábio e nas orelhas, uma grande cavilha de madeira, à semelhança de batoque, que é como chamam os portugueses as rolhas de barril” (WIED-NEWIED, 1940, p. 274).

No plano linguístico, julga-se pertinente reproduzir aqui o quadro ilustrativo utilizado por Silva e Sousa, contendo as línguas faladas pelos povos indígenas que habitaram a região de Vitória da Conquista, conforme apresentação abaixo:

Família	Língua	Dialeto
Kamacã	Kamacã	Mongoyó
Aymoré	Aymoré	-----
Maxacalí	Pataxó	-----

Além dos indígenas, os negros africanos e afrodescendentes influenciaram também a cultura e a formação sóciolinguística da região. Alguns documentos, como os inventários, por exemplo, têm se constituído como fontes seguras para se certificar da presença da mão-de-obra escrava nas fazendas do município, sobretudo no período que antecedeu a abolição da escravidão no Brasil.

Os estudos realizados por Idelma Aparecida F. Novais, relacionados à produção e comércio na Imperial Vila da Vitória, apresentam dados relevantes sobre o trabalho escravo utilizado entre os anos de 1840 e 1888. Baseado num número significativo de inventários consultados, 207 ao todo, a autora fez uma pesquisa bastante reveladora no que diz respeito ao número de inventariados por faixa de escravos e o percentual que os cativos tinham na formação das fortunas dos seus proprietários.

Nos inventários, consta um contingente aproximado de 1.260 escravos compondo a organização populacional da então Imperial Vila da Vitória. Mas no livro de matrícula⁴ da vila, de 1871, Novais encontrou um número maior de escravos matriculados, 1590, Santos e Nascimento, (2010), apoiando-se no trabalho de Ivo (2004)⁵, apresentam uma quantidade ainda maior de escravos, 1.846, conforme os dados do censo de 1870.

Independentemente do número exato, essa quantidade de negros escravizados representou uma população relevante numa região que estava passando por um processo de povoamento. Segundo Nascimento (2008 *apud* Santos e Nascimento, 2010), os escravos da Imperial Vila da Vitória, no final do século XIX, eram quase todos nascidos no Brasil e havia um número equilibrado entre homens e mulheres. Já nos inventários pesquisados por Novais (2008), pertencentes aos maiores proprietários de escravos, em apenas um – o de Lourenço Gonçalves da Costa e Ana Senhorinha de Jesus – consta a origem dos cativos. Na descrição feita pela autora, há escravos de várias regiões da África, tais como: “sete de Angola, um do Congo, um Aussá, um de Moçambique” (cf. 2008, p. 57). O que, linguisticamente, sugere a convivência, em um mesmo espaço, de diferentes variedades dialetais.

Já a presença do homem branco, europeu, é sintetizada, ironicamente, na figura do conquistador João Gonçalves da Costa que, na verdade, era um ex-escravo nascido em Portugal, mais precisamente na cidade de Chaves, conforme pode ser verificado no trabalho de Silva-de-Sousa (1998).

⁴ Por meio de consulta ao Arquivo Público da Bahia (APEB) – Salvador-Ba, a autora teve acesso a tal livro. A fonte completa é: APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Correspondências. Março 1464. 1860-1889.

⁵ Para mais detalhes sobre a população negra de Vitória da Conquista no final do século XIX, consultar IVO, Isnara Pereira. *O Anjo da Morte contra O Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004.

2.1 O acesso ao letramento na comunidade de fala de Vitória da Conquista

Discutir a história da educação em Vitória da Conquista, ainda que em sua fase primeva, só é possível a partir de sua inserção no contexto mais amplo da educação brasileira de então. A esse respeito, são oportunas as palavras de Magalhães (2006, p. 3), que ao discutir a educação tanto no plano regional quanto local, considera que “as regras de constituição das escolas e de suas transformações devem estar em função do panorama social que a circunda ou a circundou, em sua conexão com a política educacional e conjuntura da época”.

Como o nosso interesse recai sobre o ensino em Vitória da Conquista, no período que coincide com as primeiras décadas do período republicano, julgamos pertinente traçar, ainda que de forma bastante resumida, o panorama educacional do Brasil com o advento da república. Destarte, parece consentâneo trazer à baila a afirmação de Souza, segundo a qual “os republicanos tomaram a educação como uma condição fundamental para o desenvolvimento da nação, buscando desenvolvê-la por todo o país, através de campanha em prol da alfabetização, criação de escolas públicas etc.” (SOUZA, 2009, P. 47).

Ora, embora dos ideais republicanos emergissem a imperiosa necessidade da obrigatoriedade do ensino, sobretudo o ensino laico, como condição imprescindível para o desenvolvimento da nação, verificou-se que nos primeiros anos republicanos em Vitória da conquista o analfabetismo, conforme a autora, “era predominante (...), correspondendo às expectativas do paternalismo dos coronéis que não se manifestavam muito a favor da escolarização da população, sobretudo a mais carente” (SOUZA, 2009, P. 49). A autora lembra ainda que das poucas escolas que ofereciam o ensino no município, no período correspondente à primeira república (1889-1930), a maioria delas funcionava na residência do professor. Essa situação começou a se modificar a partir da década de 1930 quando

[...] foi fundada a primeira escola estadual pública – o prédio escolar Barão de Macaúbas, fundado em 1935, que possuía apenas o curso primário -, o primeiro ginásio – o Ginásio de Conquista, primeiro estabelecimento de ensino ginasial⁶ da cidade, de caráter particular, que começou a funcionar em 1940 – e a primeira Escola Normal (SOUZA, 2009, P. 51).

No plano didático-pedagógico, envolvendo o ensino da língua portuguesa, um levantamento exaustivo que fizemos, no Museu Pedagógico de Vitória da Conquista, sobre a bibliografia utilizada na época, permitiu-nos elencar os seguintes títulos: *O que se não deve dizer*; *Lições Práticas da Língua Portuguesa*; *Gramática Sintática da Língua Portuguesa* e *Novas Reflexões sobre a Língua Portuguesa*, todas de Cândido de Figueiredo. Além de *Língua Portuguesa, Gramática e Exercícios*, de Aníbal Bruno; *Curso de vernáculo*, de Cláudio Brandão; *O idioma nacional*, de Antenor Nascentes e *Primeiro Livro de Leitura*, de Felisberto de Carvalho, que chegou a atingir a 119.^a edição.

Portanto, o acesso ao letramento passava necessariamente pela aprendizagem da norma padrão. Havia uma preocupação exacerbada em ensinar os padrões linguísticos europeus, tais quais prescritos pelas gramáticas. Essa situação por si só já é um indicativo do quanto a apropriação das formas de prestígio se constituía em um divisor de águas no contexto linguístico comportamental, tendo em vista que a língua reflete a hierarquia social dos falantes. Somada a isso, há o fato de que o acesso à educação na primeira metade do século XX estava restrito a uma minoria oriunda das famílias mais estabilizadas, economicamente. Como consequência, começa a configurar-se uma realidade polarizada em

⁶ Em seu estudo sobre *O Ginásio de Conquista – A memória de uma instituição escolar (1940-1960)*, Oliveira (2009, p. 74) lembra que o Ginásio foi fundado e dirigido pelo padre Luiz Soares Palmeira.

torno da língua: o português popular falado pela grande maioria da população que se encontrava longe dos bancos escolares, com uma cultura rural bastante arraigada; e o português culto falado por uma parcela minoritária que frequentava a escola, tendo, por conta disso, acesso à norma padrão, reproduzindo-a, parcialmente, na fala cotidiana. O status social do falante, inserido na cultura letrada, se encarregava de dar à norma culta uma feição que lhe era peculiar, distinguindo-a da norma popular e, até mesmo, da própria norma padrão, em muitos aspectos funcionais.

O quadro atual de acesso à escolarização, ao letramento mudou radicalmente num intervalo de pouco mais de 50 anos, porém, muitas lacunas precisam ainda ser preenchidas para minorar a situação de exclusão em que vivem milhares de pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar. Basta lembrar que numa população de 306.866 habitantes, segundo o censo demográfico de 2010, com estimativa para 340,199 em 2014, Vitória da Conquista ainda ressurte o flagelo do analfabetismo que se abate sobre 65.011 moradores.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apresentamos, nesse capítulo, a discussão referente aos resultados da análise estatística da variável dependente: *concordância nominal de número no SN*. Os dados da análise foram extraídos dos *corpora* PPVC e PCVC (português popular de Vitória da Conquista e português culto de Vitória da Conquista, respectivamente), constituídos pelos Grupos de Pesquisa em Linguística Histórica e em Sociofuncionalismo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. A amostra foi constituída por 8 informantes, sendo 4 com escolarização precária (semi-analfabetos), falantes do português popular e quatro com escolarização em nível médio e superior, inseridos, portanto, entre os informantes da norma culta. O comportamento linguístico dos falantes de tais normas foi mensurado, nesse estudo, a partir da ocorrência de indicação de pluralidade em cada constituinte sintagmático, o que faz da presente análise, uma análise mórfica ou atomística. Pretendemos, igualmente, atestar a hipótese de que a variação na concordância nominal entre os elementos flexionáveis do sintagma nominal é maior entre os falantes da norma popular uma vez que os falantes da norma culta estão ou estiveram muito mais expostos à cultura letrada por meio da educação formal de níveis médio e superior, aproximando-se, portanto, das formas mais prestigiadas, linguisticamente.

A análise quantitativa dos dados envolveu um total de 2.499 constituintes sintagmáticos nominais submetidos ao programa estatístico Goldvarb, dos quais 1.538 foram extraídos da amostra de quatro informantes do português popular e 961, de quatro informantes do português culto. Em face da atuação das variáveis independentes: linguísticas e extralinguísticas sobre o fenômeno por nós investigado, julgamos necessário proceder à análise a partir daquelas mesmas variáveis que foram selecionadas como relevantes, do ponto de vista estatístico, tanto no PP quanto no PC, a fim de chegarmos a um resultado muito mais conclusivo acerca dessa tendência de maior uso das formas de prestígio entre os falantes do português culto. A seguir, serão apresentados e discutidos os resultados referentes a essas variáveis: *classe gramatical do constituinte*, *Saliência fônica* e *sexo*; partindo sempre de uma perspectiva contrastiva dos dados.

3.1 Classe gramatical

Esperamos que os falantes da norma culta usem mais as marcas formais de plural em todos os fatores da variável classe gramatical.

Tabela 2: Frequência e probabilidade da variante “marcas de plural nos constituintes do SN”, segundo a variável *classe gramatical*

Classe gramatical	Português popular	P.R.	Português culto	P.R.
Pronomes à esquerda do núcleo	208/231 90%	0,31	204/207 98.6%	0,85
Substantivos	236/820 28.8%	0,36	307/477 64.4%	0,12
Artigos definidos e indefinidos	435/437 99.5%	0,82	226/227 99.6%	0,95
Adjetivos	8/50 16%	0,47	35/50 70%	0,12

Alguns resultados observados na tabela 2 evidenciam uma situação contrastiva envolvendo os falantes da norma popular e culta no que tange aos fatores que mais favorecem à aplicação da regra formal. Enquanto que no português culto a presença de pronomes à esquerda do núcleo tende a favorecer significativamente a indicação de pluralidade, conforme peso relativo de (0,85); no português popular encontramos um peso de (0,31). O que pode ser explicado a partir da quantidade de elementos no sintagma nominal. Em sintagmas com três ou mais constituintes em que os pronomes adjacentes aos núcleos encontram-se pospostos aos artigos, há uma tendência de retenção da marca de plural apenas nesse primeiro elemento. Exemplo: *com os meu irmão*. Além do mais, é preciso considerar que os pronomes demonstrativos, possessivos, indefinidos e os quantificadores foram incluídos em um único fator na presente análise.

De todas as classes gramaticais, os artigos, por sua vez, foram os mais marcados tanto no PPVC (0,82) quanto no PCVC (0,95). Esse alto índice de plural está relacionado, certamente, a sua posição no sintagma, que é normalmente a primeira.

No que se refere aos substantivos e adjetivos, verificamos que ambas as classes não se mostraram favorecedoras da regra de concordância no SN. Os pesos de (0,36) no PP e (0,12) no PC, para os substantivos, e (0,47) no PP e (0,12) no PC, para os adjetivos, demonstraram haver uma tendência entre os informantes das normas popular e culta para a aplicação de marcas de plural apenas nos determinantes. Mas é importante lembrar que os falantes da norma culta estão divididos em dois níveis distintos de escolarização: nível médio e nível superior. O que certamente não deixa de influir nos resultados.

Pelo exposto, pudemos constatar que nossa hipótese não se confirmou totalmente, já que houve, em relação aos substantivos e adjetivos, um índice de marcação de plural ainda menor no português culto do que no português popular.

3.2 Saliência fônica

Nossa hipótese é a de que os itens lexicais com formação de plural irregular favoreçam mais a indicação de pluralidade por serem mais perceptíveis na relação singular/plural.

Tabela 3: Frequência e probabilidade da variante “marcas de plural nos constituintes do SN”, segundo a variável *saliência fônica*

Saliência fônica	Português popular	P.R.	Português culto	P.R.
Itens regulares	791/1352 58.5%	0,49	666/820 81,2%	0,49
Itens em <i>-s</i> e <i>-z</i>	36/65 55.4%	0,81	18/35 51,4%	0,38
Itens em <i>-m</i> , <i>-em</i> , <i>-ã</i> , <i>-um</i> , <i>-ão</i>	44/80 55%	0,33	39/45 86,7%	0,51
Itens em <i>-ões</i>	2/5 40%	0,56	11/15 73,3%	0,64
Itens em <i>-r</i>	5/18 27.8%	0,54	20/26 76,9%	0,67
<i>Plural duplo</i>	3/5 60%	0,76	7/8 87,5%	0,82
Itens em <i>-l</i>	6/13 46.2%	0,69	11/12 91,7%	0,88

O princípio da saliência fônica foi outra variável selecionada pelo programa cujo resultado refletiu, no caso do português culto, o que já prevíamos, ou seja, os itens lexicais com formação de plural irregular favorecem mais a indicação de pluralidade por serem mais perceptíveis na relação singular / plural. No entanto, em conformidade com os estudos de Scherre (1988), verificamos, na análise dos dados, certa hierarquia na escala da saliência em que os itens mais marcados foram: itens em -l (0,88), plural duplo (0,82), itens em -r (0,67), itens em -ões (0,64), itens em -m, -em, -ã, -um, -ão (0,51) e itens em -s, -z (0,38). O item regular, por sua vez, apresentou peso de (0,49), se revelando, do ponto de vista probabilístico, menos favorecedor da regra da concordância, superando apenas o item irregular em -s e -z.

Assim como observamos no português culto, há um efeito semelhante da saliência fônica na concordância nominal no português popular. Os itens mais marcados são justamente os irregulares, com os regulares atingindo (0,49), acima apenas dos itens em -m, -em, -ã, -um, -ão (0,33). O que difere nas duas normas é a organização hierárquica na escala da saliência fônica, em relação aos pesos relativos, conforme tabela 3. Portanto, nossa hipótese é confirmada, já que esperávamos, no geral, que os itens irregulares fossem mais marcados do que os regulares tanto no português culto quanto popular.

3.3 Variável social: *sexo*

No que tange à variável social sexo, selecionada pelo programa, verificamos que tanto no português popular quanto no culto há uma maior tendência de aplicação da regra formal entre as mulheres, com pesos probabilísticos de 0,60 entre as informantes do PP e 0,65, entre as falantes do PC. Esses resultados vão ao encontro daqueles encontrados por Scherre (1988), Santos (2010), Martins (2013), entre outros, que revelaram que as mulheres mostram-se mais sensíveis à variante padrão do que os homens.

CONCLUSÃO

Essa discussão visa, sobretudo, apresentar algumas contribuições para o debate em torno da formação histórica do português, no caso específico, do português brasileiro, tomando por base um cenário sociolinguístico no qual o seu processo histórico e social de formação e constituição parece não diferir tanto do resto do país.

Sem dúvida, o tema da origem do português do Brasil tem ocupado um papel importante na agenda da pesquisa linguística desde o início da década de 1990. Não é à toa que a visão da polarização sociolinguística no Brasil tem sido, inclusive, uma tentativa de responder a essa questão. Por sinal, há uma extensa pesquisa empírica em comunidades quilombolas do interior da Bahia e em comunidades rurais, lideradas por Lucchesi, cujos resultados foram publicados no livro *Português afro-brasileiro*, ocasionando um impacto muito grande na pesquisa linguística brasileira. E o reflexo desses estudos foi justamente a mudança de orientação, no plano teórico, de uma visão de uma evolução interna da língua para uma agenda de pesquisa mais ampla que integra como uma questão central a questão do contato como elemento desencadeador desses processos de variação que atingem, por exemplo, as regras de concordância nominal.

Esperamos, portanto, com o presente estudo, nos unir àqueles que se engajaram na busca da origem do português brasileiro a partir da formação sócio-histórica do país.

REFERÊNCIAS

- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.
- CUNHA, Celso. **A questão da norma culta brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.
- FONTES, José Raimundo. **O Novo Ciclo de Desenvolvimento de Vitória da Conquista-BA**, 2009. Disponível em: <<http://www.conquistadetodos.com.br/artigo>> Acesso em 09 de abril de 2014.
- LUCCHESI, Dante. **Variação e norma**: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil. In: *Revista Internacional de Língua Portuguesa*. n. 12, 1994.
- LUCCHESI, Dante. **As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil**. D.E.L.T.A. São Paulo: PUC, 2001.
- LUCCHESI, Dante. **Norma linguística e realidade social**. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da Norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- LUCCHESI, Dante. **Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro**. Revista da ABRALIN, v. 5, n. 1 e 2, p. 83-112, dez. 2006.
- MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha. **Políticas educacionais e trajetórias geracionais**: primeiros relatos da pesquisa em Vitória da Conquista-BA. In: Anais do VI colóquio do Museu Pedagógico. Vitória da Conquista, 2006.
- MARTINS, Flávia Santos. **Variação na concordância nominal de número na fala dos habitantes do alto Solimões (Amazonas)**. Tese de doutorado. Florianópolis: UFSC, 2013.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: parábola, 2004.
- NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. **Produção e Comércio na Imperial Vila da Conquista (Bahia, 1840-1888)**. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2008.
- SANTOS, Ocerlan Ferreira; NASCIMENTO, Washington Santos. **Dimensões da Vida Escrava na Imperial Vila da Vitória nos últimos anos da escravidão (1870-1888)** (2010). Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article>. Acesso em: 21 abr. 2014.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Reanálise da Concordância Nominal em Português**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.
- SILVA, Jorge Augusto Alves; SOUSA, Valéria Viana. **Pelo “Sertão da Ressaca”: contribuições para a compreensão da sócio-história do Português Popular do Brasil**. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/view/361>. Acesso em: 15 abr. 2014.
- SILVA-DE-SOUSA, Maria Aparecida. **A Conquista do Sertão da Ressaca**: povoamento e posse da terra no interior da Bahia. 1998. 172p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.
- SOUSA, Angelita Cunha da Silva. **A Rua do Maga-Sapo**: cotidiano e representações da prostituição em Vitória da Conquista-BA (1950-1971). Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, Universidade Estadual do sudoeste da Bahia, 2013.
- SOUZA, Daniela Moura Rocha de. **Memória de professores intelectuais como interlocutores do republicanismo em Vitória da Conquista entre os anos de 1910 até 1945**. Dissertação de mestrado. Vitória da Conquista: UESB, 2009.